

MODELOS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: UMA TIPOLOGIA COM BASE EM DADOS NACIONAIS

SOLIDARY ECONOMIC ENTERPRISE MODELS A TYPOLOGY BASED ON NATIONAL DATA

Luiz Inácio Gaiger¹

RESUMO

O presente artigo explora dados do Sistema Nacional de Informações sobre a Economia Solidária e de fontes relacionadas a organizações similares, como associações e cooperativas, com dois objetivos: elaborar uma *tipologia* de empreendimentos econômicos solidários no Brasil, com cinco modelos, e aplicar sobre eles uma abordagem gradualista, visando posicionar tais empreendimentos em relação ao conceito de referência que os situa na Economia Solidária e cernir suas semelhanças e contrastes com organizações similares, pertencentes a campos sociais afins. Conclui-se que a Economia Solidária transcende os limites dos levantamentos nacionais realizados no Brasil, que por sua vez indicam como a solidariedade caracteriza historicamente o modo de vida e a economia popular, sendo uma vez mais reativada pelos empreendimentos e mobilizações promovidas nas últimas décadas pela Economia Solidária.

Palavras-chave: associações, Brasil, cooperativas, economia solidária, trabalho.

ABSTRACT

The article explores data from the Brazilian National Information System on the Solidarity Economy and from sources related to similar initiatives, such as associations and cooperatives, with two objectives: to develop a typology of solidarity economic enterprises in Brazil, with five models, and to apply a gradualist approach to them, aiming to position such enterprises in relation to the reference concept that locates them in the Solidarity Economy, and to emphasize their similarities and contrasts with organizations belonging to nearby social fields. It is concluded that the Solidarity Economy transcends the limits of national surveys carried out in Brazil, which in turn indicate how solidarity historically characterizes the way of life and the economy of popular sectors, which are once again reactivated by the undertakings and mobilizations promoted in the last decades by the Solidarity economy.

Keywords: associations, Brazil, co-ops, solidarity economy, work.

¹ Doutor em Sociologia, docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

1. INTRODUÇÃO

Este artigo dá sequência a trabalhos que vimos realizando sobre a Economia Solidária há 25 anos². De certa forma, ele representa um ponto culminante de uma linha de análise cujo suporte empírico principal é o Sistema de Informações sobre a Economia Solidária (SIES), no qual se encontram os dados resultantes de dois mapeamentos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), realizados no Brasil entre 2005 e 2013. Seus propósitos podem ser resumidos em dois aspectos, complementares: de um lado, apresentar uma *tipologia* dos EES no Brasil, quanto a suas principais expressões e respectivas dinâmicas propulsoras, com isso atualizando e ampliando constructos tipológicos anteriores (GAIGER *et al.*, 2014; gaiger *et al.*, 2019), à luz de novas informações e análises; de outro lado, levar à prática uma proposição feita alhures (GAIGER; Ferrarini; Veronese, 2018) quanto à conveniência de se adotar um enfoque *gradualista* na delimitação e consideração analítica dos fenômenos empíricos que julgamos fazer parte da Economia Solidária ou, mais amplamente, das economias alternativas.

Procedendo desse modo, conforme as linhas de aproximação e de distanciamento entre casos concretos e conceitos de referência – nesse caso, o de EES – pode-se alcançar uma visão mais ampliada e mais genuína da Economia Solidária, do que por meio de raciocínios binários do tipo inclusão / exclusão. Pode-se ademais identificar novos objetos de análise precisamente nas zonas de fronteira entre a Economia Solidária e realidades afins, periféricas em relação a ela, como a economia cooperativa, a economia popular ou as empresas sociais - para mencionar uma categoria usual em pesquisas internacionais. Essas três áreas de fronteira, de intersecção e de passagem para formas de organização socioeconômica por assim dizer vizinhas, aparentadas à Economia Solidária, foram examinadas em trabalhos anteriores (gaiger, 2013; 2019; GAIGER *et al.*, 2019). A intenção deste artigo é fazer um exercício similar, por meio das expressões principais que a Economia Solidária assume no Brasil, as quais chamaremos de *modelos* de EES, no contexto da proposição tipológica a ser apresentada.

A solidariedade popular é mais ampla do que as margens reconhecidas da Economia Solidária sugerem; vai além do retrato diretamente refletido nos dados do SIES. Mas esses têm a vantagem de propiciar uma visão de percursos históricos, de trajetórias que explicam a presença, no instante da coleta de dados dos mapeamentos, de tão diversos EES. O SIES não oferece apenas um instantâneo, mas a possibilidade de um olhar retrospectivo sobre a presença história da solidariedade popular em nosso país, como também de uma visão prospectiva, ainda que conjectural, sobre seus destinos. Desse ponto de vista, este artigo tem a intenção de aportar algumas evidências de que, não obstante os tempos atuais sejam sombrios e ameaçadores, a solidariedade popular resiste ao tempo, atravessa adversidades e volta a manifestar-se mais prodigamente uma vez cessada a tempestade. Já aconteceu no passado, como explicam os brilhantes trabalhos de Paul Singer (1999; 2002). Uma análise dos principais modelos de EES indica pistas no mesmo sentido, como esperamos demonstrar.

Além desta Introdução, o presente artigo contém três seções. Na primeira, abordam-se aspectos gerais com relação aos mapeamentos nacionais da Economia Solidária, à base conceitual desse estudo e à sua metodologia, no que respeita ao enfoque gradualista antes mencionado e a certos aspectos técnicos da análise dos dados. Na segunda seção, é apresentada a tipologia, com cinco modelos de EES. Expõem-se suas características definidoras, suas origens, seus fatores de impulso e sua presença estimada para além dos círculos abrangidos pelos mapeamentos. Por fim, a última seção é dedicada a considerações gerais sobre as relações entre a Economia

² Agradeço às colegas docentes do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (EcoSol), pelos estímulos e pela colaboração na análise dos dados aqui apresentada.

Solidária e campos próximos, como o cooperativismo, e sobre o significado histórico da Economia Solidária como expressão e agente de renovação da solidariedade popular.

2. ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS

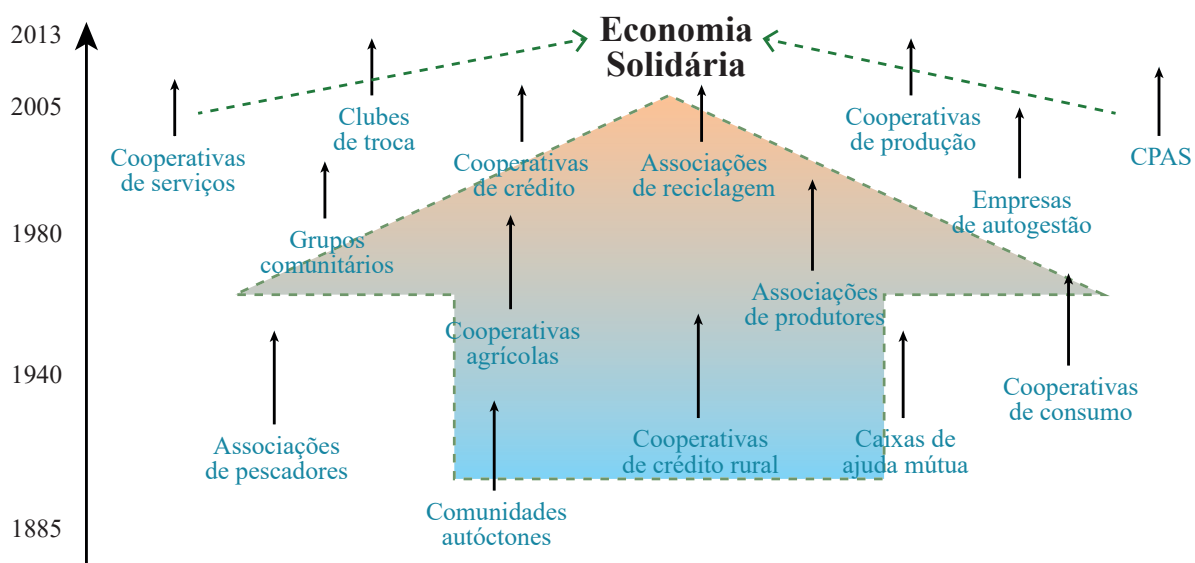
O período em que se realizaram os dois mapeamentos nacionais foi talvez o de maior movimentação da Economia Solidária. Eventos, conferências e grandes encontros sucederam-se, ao lado de fatos relevantes como a estruturação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, tudo isso coroado com as edições do Fórum Social Mundial realizadas no Brasil, em Porto Alegre e Belém. Esse contexto permitiu uma excepcional agregação de pessoas e entidades, propiciando a formação de redes e espaços de discussão, com cenas incomuns de encontro e diálogo entre atores populares, acadêmicos, ativistas e agentes públicos. Foi essa conjuntura que tornou possível os mapeamentos nacionais, bastando lembrar que tiveram a participação de mais de duas centenas de entidades e muitos mais agentes de pesquisa, em todas as regiões do Brasil. Com metodologias distintas em alguns aspectos, os dois mapeamentos se propuseram a reconhecer e dar a conhecer as mais variadas expressões da Economia Solidária. Realizaram um trabalho sem precedentes de busca e registro de EES, dos centros urbanos aos lugares mais recônditos do país. Chegou-se assim a uma soma global aproximada de 35 mil EES, cujas informações ficaram registradas no SIES³.

O segundo Mapeamento Nacional (doravante, MN), mais recente e detalhado em informações, será utilizado aqui. Inobstante dificuldades havidas em sua execução e algumas limitações na cobertura dos EES, ele oferece um conjunto de dados possante, suficientemente abrangente para dimensionar e caracterizar os EES no país. É uma base apropriada para traçar e correlacionar perfis, identificar segmentos ou tipos de EES e fazer inferências com o suporte de outros dados e estatísticas. Sua análise permite formar uma visão estruturada da Economia Solidária no Brasil quanto aos EES e a suas relações com movimentos e organizações.

O fato de o MN se haver concluído em 2013, há sete anos, não compromete tudo isso? Não, visto que levantamentos abrangentes como esse apenas se fazem periodicamente, valendo então como referência estatística no interregno entre um e outro. É o que sucede com os censos demográficos no Brasil, o último datando de 2010. Ademais, há um argumento substantivo: ao registrar EES cujas atividades iniciaram em datas dispersas no tempo (o primeiro deles, em 1885), o MN reúne evidências de processos sociais que redundaram na criação de EES em diferentes momentos, muito antes de a Economia Solidária ser reconhecida como tal. Esses EES são testemunhas de trajetórias de solidariedade popular que redundaram em várias organizações comunitárias, associativas e cooperativas, mais relevantes e visíveis em outras épocas, como ilustra a Figura 1. Assim, o MN permite identificar e examinar, retrospectivamente, tendências de médio e longo curso, algo que em geral se revela de grande valia para detectar possibilidades futuras da mesma classe de fenômenos.

³ O desmonte do Ministério do Trabalho e Emprego e o fechamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) interromperam o acesso ao SIES. Parte da documentação relativa ao segundo mapeamento, incluindo aspectos metodológicos, publicações e acesso aos dados por meio de um atlas digital, está disponível no site do Projeto SIES, em cujo escopo ocorreu o tratamento das informações e a consolidação das bases de dados: <http://sies.ecosol.org.br/>. Mediante convênio com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2015, a SENAES disponibilizou as informações ao Observatório Nacional da Economia Solidária e Cooperativa, no qual se encontram indicadores e estudos setoriais, além de um mapa interativo, de outras ferramentas: <http://ecosol.dieese.org.br/>.

FIGURA 1 – AS ORGANIZAÇÕES SOLIDÁRIAS AO LONGO DO TEMPO



Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com as conclusões de uma pesquisa nacional anterior aos mapeamentos, um dos fatores favoráveis à emergência dos EES é o lastro de experiências associativas de seus protagonistas (GAIGER, 2004). Isso conta mais do que necessidades circunstanciais, como a falta de empregos e quadros de exclusão social⁴, sobretudo para aquelas iniciativas solidárias que persistem e se consolidam com o passar do tempo. Há de se considerar fatos antecedentes que sedimentam costumes e geram tradições, como nos explica Mike Gordon em relação às empresas sociais no contexto europeu (2015). Estabelecer uma tipologia de EES, na qual figuram suas principais expressões, abre, desse ponto de vista, um campo de estudos sobre as diferentes raízes e linhagens da solidariedade popular, provavelmente com maior riqueza de detalhes do que ao examinarmos a Economia Solidária em bloco, o que justifica examinar suas múltiplas vertentes e seus diversos processos de formação (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017).

Um dos resultados das intensas mobilizações, entre 2005 e 2013, foi um consenso gradativo sobre o conceito de EES. Tratava-se, naturalmente, de algo em vista da promoção de iniciativas, portanto em relação aos traços básicos que os empreendimentos deviam apresentar para serem enquadrados na Economia Solidária. Por essa razão, a discussão de tais requisitos precedeu os mapeamentos nacionais, fixando-se seu escopo em iniciativas com as seguintes características: a) empreendimentos de natureza primordialmente econômica; b) de caráter permanente e suprafamiliar; c) formados e dirigidos pelos trabalhadores⁵; d) com presença minoritária de pessoas não associadas.

Tais parâmetros permaneceram sujeitos a questionamentos e revisões, em compasso com a evolução do campo da Economia Solidária e dos entendimentos a respeito. Do ponto de vista dos atores sociais, pode-se dizer que o conceito se estabilizou na 3.^a Conferência Nacional da Economia Solidária, em 2014. O documento preparatório - que orientou iniciativas posteriores no terreno legislativo, como a proposição de uma Lei Nacional de Economia Solidária - reitera

⁴ Sobre esse ponto, inegavelmente há estudos valiosos, inclusive nesta Revista, como em Arcoverde Souza e Fragoso (2006)

⁵ No sentido amplo de pessoas que vivem de seu trabalho, incluindo produtores, consumidores e usuários das atividades dos EES.

os critérios precedentes e os complementa: a) entre as razões primordiais da existência dos EES, incluem-se atividades de natureza econômica, socioambiental e cultural; b) a autogestão é destacada como princípio basilar de governo dos EES, vinculada a regras de administração transparentes e democráticas (CONAES, 2014).

Não há inconveniente maior para que esses critérios sejam utilizados nos estudos sobre a Economia Solidária; em verdade, nem seria plausível desconsiderá-los, uma vez que têm sido os direcionadores desse campo de práticas. No entanto, duas providências se fazem necessárias: a) reconhecer que, no âmbito de estudos, a construção e a aplicação do conceito de EES dependem de critérios *ex ante*, próprios a cada investigação, ou seja, que se deve ter em vista propriedades dos EES que se julgam mais relevantes para sua qualificação, diferenciação e comparação, em uma óptica dada de análise; b) considerar que as manifestações empíricas não coincidem perfeitamente com o conceito de referência, mas sim em certos aspectos e em algum grau de intensidade. Essas incongruências podem redundar na exclusão de alguns EES da aplicação de um programa, uma rede ou evento público, mas para o analista são matéria de exame, já que denotam níveis de proximidade e correspondência entre a realidade fática e os conceitos.

Defecções, ou faltas de correspondência, podem indicar a existência de uma variante de EES, não sua contrafação. Daí a conveniência de uma abordagem gradualista, na qual esses casos não sejam descartados da análise, mas posicionados em relação aos demais. As distâncias entre essas posições são elásticas, as fronteiras entre tipos de EES, permeáveis. Tem-se então um gradiente (ou vários) e uma visão mais abrangente e fidedigna do campo em análise, já que demonstra com mais clareza as ambiguidades e contradições que contém, temas por excelência para análise.

No tocante à tipologia dos EES apresentada a seguir, em termos práticos esse enfoque implicou uma análise interna de cada *modelo*, no sentido de entender eventuais distanciamentos do conceito de referência antes evocado, ao lado da consideração de campos ou tipos de prática próximos ou claramente interseccionados com a Economia Solidária. Mais do que constatações conclusivas, o que resulta desse exercício é matéria instigante para estudos específicos, como aqueles já mencionados a respeito da economia popular ou das cooperativas.

Tendo-se um conceito de partida, pode-se construir uma visão estruturada das diversas ocorrências empíricas, por meio do estudo da recorrência de propriedades que indiquem existir dinâmicas singulares, constituidoras e impulsionadoras de certos tipos, ou padrões de EES. A esse título, falaremos de *modelos*, termo similar e intercambiável com os anteriores, porém dotado de uma particularidade a mais. Modelos são entendidos aqui como grupos de EES que atendem às propriedades básicas do conceito, apresentando uma variação significativa em alguns traços relevantes, o que assim os diferencia estruturalmente dos demais. Essas variações são observáveis, provêm da análise empírica e, em seu conjunto, conduzem a uma tipologia ordenada dos EES do ponto de vista que se mostrou saliente.

Os modelos funcionam para fins analíticos, de distinção entre dinâmicas estruturantes, sem terem conotação valorativa, de algo ideal a ser preconizado. Ocorre, no entanto, que ao mesmo tempo os EES se fazem avaliar pelos atores sociais que os protagonizam e podem, a juízo deles (como de ativistas, organizações de apoio etc.), revestir-se de um caráter exemplar, a ser seguido. À medida que resultam de ações conscientes, embora não necessariamente premeditadas (no sentido de instaurar modelos), seus bons resultados e sua replicação soam como sinais positivos para que outros tomem a mesma via. Se os modelos analíticos agrupam tipos de EES que despontam na realidade, precisamente por responderem a dadas situações e se mostrarem viáveis, os EES reais em questão exercem um presumível efeito demonstrativo como opções promissoras, influenciando condutas e angariando adesões. Assumem assim um papel *modelar*.

No caso da tipologia a seguir, o critério distintivo que se mostrou mais estruturante diz respeito à *finalidade social e econômica principal que os EES cumprem para seus membros* (sem descartar os benefícios estendidos à coletividade circundante). Um fato trazido pelos dados do MN, mas imediatamente compreensível: empreender coletivamente em vista daquela finalidade implica em certa medida que os membros dos EES vivam situações de trabalho e renda semelhantes e pertençam a categorias sociais singulares, sobretudo do ponto de vista de seu perfil socioprofissional e ocupacional. Implica também que haja necessidades e aspirações comuns, além de uma partilha de sentimentos a respeito, de modo a sustentar uma ação conjunta de longo prazo, entusiasmante talvez, mas de resultados incertos.

A identificação desse critério, para a visualização de modelos de EES razoavelmente homogêneos e coerentes, demandou várias rodadas de análise dos dados do MN, uma vez que nenhuma variável singular o abarca diretamente, tratando-se então de uma característica latente, implícita. Análises de correlações e multivariadas se sucederam até se obterem perfis nítidos de cada modelo, com poucas zonas indefinidas ou de sobreposições parciais, em si inevitáveis. O passo a seguir consistiu em confrontar os resultados com informações sobre organizações afins, no sentido de melhor dimensionar os modelos e identificar suas linhas de prolongamento ou de escape do campo da Economia Solidária.

Dando materialidade à abordagem gradualista, em cada modelo são identificados EES que melhor o ilustram, por serem emblemáticos, ou *casos de figura*. No outro extremo, são apontadas organizações afins, porém defectivas ou híbridas, que não atendem perfeitamente aos critérios atinentes aos EES ou, fazendo-o em boa medida, apresentam também características contrárias. Elas são designadas por *casos limítrofes*.

3. MODELOS DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Cinco modelos foram identificados, alterando os resultados de tipologias propostas anteriormente, como já mencionado. As modificações se deram por duas razões: a) foram realizadas novas análises dos dados do MN, a fim de dirimir dúvidas sobre algumas correlações e rever a interpretação de alguns modelos; b) houve um cotejo mais amplo dos dados do MN com estudos e estatísticas sobre organizações afins, distintas e em parte interseccionadas com os EES, em consonância com a abordagem gradualista anteriormente proposta.

Modelo 1: EES de provimento de bens, serviços e desenvolvimento comunitário

Sua atividade coletiva principal aporta serviços, bens de consumo e outros benefícios em prol do bem-estar de seus membros, ou fomenta o desenvolvimento comunitário local por meio de práticas associativas.

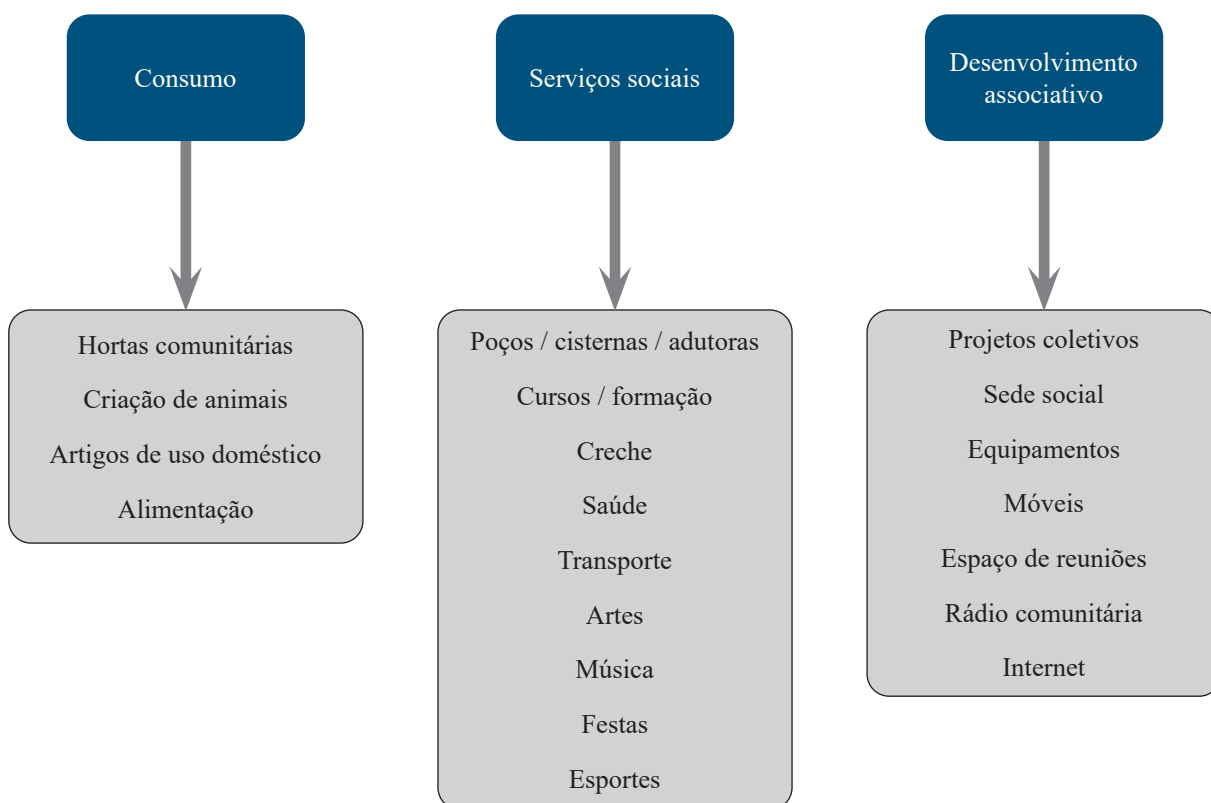
Esse primeiro modelo corresponde a 7% (1.266) dos EES constantes do MN, incluindo a maioria dos EES mais antigos, com 10 a 30 anos de existência. Tais iniciativas se apresentam como associações rurais, basicamente, e seus integrantes são principalmente agricultores familiares e beneficiários de políticas sociais, seguidos por povos e comunidades tradicionais⁶.

⁶ O conceito de *povos* ou *comunidades tradicionais*, comum no campo das políticas públicas e de movimentos sociais, refere-se a categorias sociais culturalmente distintas, que se veem como tais e têm os seus próprios meios de organização social. É o caso de indígenas e pescadores artesanais, que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução social, valendo-se de saberes e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Da mesma forma, populações ribeirinhas vivem próximas aos rios; a pesca artesanal é sua principal atividade de subsistência, além de pequenos cultivos para consumo próprio e do extrativismo. As comunidades quilombolas constituem um terceiro exemplo, com presença reconhecida na Economia Solidária, como atesta o Projeto Brasil Local de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária (LIANZA *et al.*, 2011).

Entre as razões declaradas para sua criação, destacam-se a procura de apoios materiais e de assessorias, oferecidos por órgãos de governo e entidades civis, bem como o desenvolvimento de potencialidades e capacidades no entorno comunitário, a criação de atividades e a provisão de estruturas de uso comum, ou a expectativa de obter maiores ganhos coletivamente. Contam ainda motivações filantrópicas ou decorrentes de envolvimento comunitários precedentes.

Ainda que os associados participem ativamente do EES, isso não se caracteriza como uma ocupação laboral ou fonte significativa de renda. Como indica a Figura 2, o objetivo dessas iniciativas é fornecer um leque de bens e serviços bastante diversificado, englobando consumo (hortas comunitárias, fabricação de utensílios domésticos, preparo de alimentos), serviços sociais (abastecimento de água, cursos profissionalizantes, serviços de saúde, transporte, arte e atividades de lazer) e desenvolvimento associativo (criação de projetos, construção e manutenção de escritórios sociais e espaços físicos comunitários, rádios comunitárias, disponibilização de acesso à internet).

FIGURA 2 – MODELO I – ATIVIDADES FREQUENTES DOS EES



Fonte: Elaborada pelo autor.

Esse modelo corresponde a modalidades históricas de solidariedade local, vivenciadas em épocas anteriores ao surgimento da Economia Solidária, na década de 1990, ou um traço atávico do modo de vida aquelas populações, a exemplo dos povos tradicionais (Muñoz, 2017; Lacerda e Muñoz, 2017). Essas iniciativas parecem ser menos frequentes nos dias de hoje, mas resultados de pesquisas (GAIGER, 1996) já indicaram que tendem a gerar outras experiências, incluindo novos tipos de EES.

Por estar, a maioria, distante dos centros urbanos e da sociedade civil organizada, essas iniciativas ficam um tanto à margem das mobilizações diretamente ligadas à Economia

Solidária e, por isso, menos visíveis nos debates e nas agendas de reivindicação de fóruns e outras estruturas de atuação pública. No entanto, elas integram o lastro associativo popular de muitas experiências atuais. Ao lado disso, o setor cooperativo liderado pela Organização Cooperativa Brasileira (OCB) tem promovido muitas iniciativas semelhantes desde 1950, nas áreas de consumo, educação, habitação, infraestrutura e serviços de saúde⁷. Outra importante fonte de iniciativas nas últimas três décadas tem sido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que apoia aproximadamente 1,9 mil associações de agricultores familiares em assentamentos de reforma agrária⁸.

Como *casos de figura*, emblemáticos do modelo, destacam-se associações dedicadas ao uso coletivo de equipamentos e infraestrutura doméstica (água, energia) e ao provimento de serviços (saúde, educação, cultura, transporte), rurais e urbanas, ao lado de empreendimentos voltados ao autoconsumo (hortas comunitárias, criação de pequenos animais). De um modo ou de outro, eles atuam como agentes de desenvolvimento local, pela via solidária (França Filho, 2008). Como *casos limítrofes*, sem correspondência plena com o modelo, situam-se variadas cooperativas do Sistema OCB e algumas organizações do Terceiro Setor, nas quais os níveis de participação e autonomia institucional sofrem restrições e se afastam dos princípios de autogestão.

Modelo 2: EES de apoio à atividade produtiva dos membros

Sua atividade coletiva principal aporta serviços, recursos ou benefícios para as atividades econômicas, individuais ou familiares, de seus integrantes, em itens como troca ou comercialização de produtos, remuneração aos membros que trabalham nas vendas e uso coletivo de equipamentos ou de infraestrutura produtiva.

Esse modelo abrange 17,9% (3.183) do total de EES do MN. Com exceção daqueles dedicados ao comércio ou à troca de produtos, principalmente urbanos, apresenta um predomínio de EES localizados em áreas rurais e concentra iniciativas antigas, com 10 a 20 anos de funcionamento – um tempo médio ligeiramente inferior ao Modelo 1. A principal razão de sua criação está relacionada à obtenção de maiores ganhos por meio de arranjos associativos, à busca de uma fonte complementar de renda, ao acesso a financiamentos e também a outras formas de apoio às atividades econômicas. Conta, ao mesmo tempo, a preferência em participar de uma organização na qual todos sejam proprietários. A proporção dos associados que trabalham nos EES é maior do que no primeiro modelo, embora essa atividade tampouco represente uma fonte importante de receita direta, dado que o papel do EES reside em viabilizar incrementos nos rendimentos decorrentes das atividades econômicas individuais. Além da predominância de agricultores familiares nos EES rurais, em áreas urbanas nota-se uma proporção elevada de catadores de resíduos recicláveis e de artesãos.

Entre as ações predominantes, está em primeiro lugar o apoio às atividades agropecuárias: os EES fornecem máquinas, implementos, insumos e estruturas físicas, para além dos formatos tradicionais de partilha de terras produtivas, como os fundos de pasto, e de

⁷ Conforme o último Anuário do Cooperativismo Brasileiro (SISTEMA OCB, 2019), em 2018 o Sistema OCB contabilizava 205 cooperativas de consumo, 265 educacionais, 282 habitacionais, 135 de infraestrutura e 786 de saúde (das quais, uma parcela de cooperativas de usuários). Em 2019, os 13 ramos do Sistema OCB foram redivididos em sete, dos quais três são afins ao Modelo 1 de EES: *Consumo* (englobando também atividades educacionais, de turismo e lazer), *Saúde* (cooperativas profissionais e de usuários) e *Infraestrutura* (acrescido do antigo ramo de Habitação). Dados disponíveis em: <http://www.ocb.org.br/ramos>. Acesso em: 25 set. 2017 e 22 ago. 2020.

⁸ Também relacionadas aos Modelos 2 e 3, expostos a seguir. Dados disponíveis em: <http://www.mst.org.br/nossa-producao>. Acesso em: 20 ago. 2020.

equipamentos coletivos, como as casas de farinha, habituais no interior rural do Nordeste⁹, ou ainda os círculos de máquinas, usuais no Sul. Oferecem também produtos e serviços técnicos especializados, principalmente contábeis, agrônômicos e veterinários. Além disso, vários EES se dedicam à comercialização da produção individual dos associados e, nesses casos, às vezes proporcionam trabalho coletivo, caso específico do próximo modelo.

A prestação de serviços e a oferta de equipamentos de uso comum são realizadas predominantemente por associações e com menor presença de grupos informais. Seguem-se as atividades comerciais, nas quais também prevalecem associações, mas com maior número de EES informais e algumas cooperativas. A terceira atividade econômica é a troca direta de produtos e serviços que, diferentemente do comércio, não implica o uso de moeda. Nesse subtipo, as associações são predominantes, existindo também iniciativas informais.

Esse modelo ilustra o fato de que a Economia Solidária funciona como um meio para alavancar e fortalecer as atividades produtivas de diversas categorias de trabalhadores de baixa renda, por meio de sua associação voluntária e sua participação coletiva em empreendimentos autogestionários. Seu papel, assim, consiste em contrabalançar fragilidades inerentes à pequena produção familiar ou individual, decorrentes de sua diminuta escala de atividade, sua constante subcapitalização e sua defasagem tecnológica, entre outros fatores.

Atuando nesse sentido, o MST declara apoiar centenas de associações de agricultores familiares que desempenham funções típicas desse modelo (às vezes, também do Modelo 3, a seguir)¹⁰. O mesmo ocorre com a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), que reúne 700 cooperativas de agricultores familiares, em 19 estados¹¹. Fundada em 2005, ela objetiva ser uma alternativa solidária para incorporar agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos e outros grupos sociais deixados em segundo plano pelo modelo vigente desde a aprovação da Lei Nacional do Cooperativismo, em 1971 (Alves, 2014).

Por seu lado, as cooperativas agropecuárias constituem o principal ramo do Sistema OCB¹², totalizando 1.613 cooperativas em 2018 (Sistema OCB, 2019). É plausível que várias delas se orientem genuinamente pelo ideário cooperativo e por práticas solidárias (tanto que há muitos registros no MN), como demonstram estudos (Gaiger, 2013; StahL; Schneider, 2013). Contudo, boa parte delas reúne empresas de agronegócio, nas quais é usual o emprego de mão de obra assalariada. Nesse caso, funcionam como instrumento de acumulação de capital por empresas privadas com ânimo de lucro e representam um caso defectivo, senão contraposto à índole da Economia Solidária e aos traços basilares dos EES.

Os *casos de figura* desse modelo são as associações de infraestrutura produtiva e de equipamentos, os empreendimentos de comercialização de produtos primários ou artesanais, os dispositivos tradicionais de beneficiamento da produção (como as já citadas casas de farinha) ou de uso da terra e de recursos naturais (os fundos de pasto). Deve-se ainda mencionar variados sistemas de troca, como as feiras e aqueles baseados em moeda social (caso também relacionado ao Modelo 5). Os principais casos limítrofes correspondem às cooperativas agropecuárias do Sistema OCB.

⁹ *Fundos de pasto* são áreas comumente utilizadas para a criação de cabras e ovelhas livremente, em pastagens nativas. Essa prática centenária é mantida por povos e comunidades tradicionais na caatinga e no cerrado, principalmente. As *casas de farinha* são locais para a moagem da farinha de mandioca, alimento básico para as populações do campo. Em geral, são utilizadas pela comunidade em sistema de rodízio entre várias famílias, ou por meio de transferências geralmente pagas com o próprio produto ao proprietário do local.

¹⁰ Dados disponíveis em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

¹¹ Também relacionadas ao Modelo 3. Dados disponíveis em: <http://unicafes.org.br/p/historico>. Acesso em: 22 ago. 2020.

¹² Esse ramo se manteve na reformulação do sistema, ocorrida em 2019.

Modelo 3: EES de trabalho e geração de renda

Sua principal atividade coletiva é a produção de bens, a comercialização e a prestação de serviços, com a finalidade de propiciar trabalho e renda para seus membros. Ao menos em parte, as atividades são desenvolvidas com base na socialização dos meios de produção e na coletivização do trabalho, na execução ou em tarefas de gestão.

Esse modelo abrange 39,1% (11.490) dos EES cadastrados no segundo MN, situados predominantemente em áreas urbanas. Eles são mais recentes que a média geral: EES com até 15 anos de operação (no momento da coleta de dados) prevalecem nesse grupo. A principal motivação desses empreendimentos é a procura de alternativas ao desemprego e à insuficiência de renda, mas também o desejo de criar uma empresa econômica em que os trabalhadores sejam os donos, sem dependerem de patrões ou de terceiros. Quase todos os associados trabalham nos EES, que atuam em setores ligados à agricultura, à pecuária e a serviços relacionados, ou à fabricação de produtos alimentícios e têxteis, entre outros. Existem também focos específicos de atividades relacionadas com a reciclagem de materiais ou a produção e comercialização de produtos artesanais. O número de beneficiários de políticas públicas é significativo em certos casos, assim como de aposentados e pensionistas. Nesses casos, a renda primária dos associados está vinculada a outra atividade econômica ou provém de receitas independentes do trabalho. A proporção de mulheres aqui desponta, sendo maior do que nos modelos anteriores.

A principal característica desse modelo é que, via de regra, consegue remunerar boa parcela dos trabalhadores associados, para os quais o EES representa a principal fonte de rendimentos. A maioria dos EES atua na produção de bens, subtipo em que predominam as associações¹³. Os empreendimentos informais figuram principalmente entre os EES que proporcionam renda complementar, embora também existam nesse segmento cooperativas e empresas mercantis¹⁴. Vários empreendimentos dedicam-se à prestação de serviços, com uma presença relativamente destacada de cooperativas de trabalho. A terceira atividade econômica do modelo está relacionada ao comércio; nesse caso, as associações e os empreendimentos informais prevalecem.

Embora a forma jurídica das associações predomine em números, principalmente em meio rural, é nesse modelo que as cooperativas se destacam como forma jurídica de referência, dada sua concentração superior nesse modelo. É notório que a forma cooperativa é vista como uma solução legal e legítima conveniente. Além do MN, que totaliza 900 cooperativas¹⁵, pode-se considerar 100 cooperativas de produção agropecuária (CPA) e 96 agroindústrias do MST, cooperativas da agricultura familiar vinculadas à UNICAFES e cooperativas de catadores de materiais recicláveis lideradas pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)¹⁶. Têm-se ainda as empresas recuperadas por trabalhadores, para as quais a forma cooperativa viabiliza as atividades econômicas dentro de um marco de autogestão¹⁷.

¹³ As associações perfazem 60% dos EES mapeados, de modo que prevalecem numericamente em vários modelos.

¹⁴ Das empresas mercantis registradas no MN (127, 0,6% do total), enquadram-se nesse modelo 72 (57%).

¹⁵ Das 1.740 cooperativas mapeadas (8,8% dos EES), mais da metade (900, 51,7%) situa-se nesse modelo: 418 (24%) gerando a renda primordial dos associados e 175 (10%), a renda complementar.

¹⁶ O MNCR, fundado em 1996, não oferece estimativas oficiais sobre o número de organizações coletivas de catadores e recicladores (também relacionadas ao Modelo 2). Estudo publicado pelo IPEA (2011) cita um levantamento do IBGE, de 2008, que identificou 1.175 cooperativas ou associações de catadores, distribuídas em 684 municípios brasileiros e incorporando 30.390 trabalhadores.

¹⁷ As empresas recuperadas por trabalhadores (ERT) no Brasil totalizavam 67 casos em 2013, com um total de 11.704 trabalhadores (HENRIQUES *et al.*, 2013). Levantamento posterior apontou um refluxo de 30% em relação aos dados de 2011-2013 (HENRIQUES, *et al.*, 2017).

Além disso, dois ramos atuais do Sistema OCB estão relacionados a esse Modelo: *Transporte e Trabalho e Produção de Bens e Serviços*¹⁸. Sob reserva de seu compromisso social efetivo e de seu estilo de governança, essas empresas desenvolvem atividades econômicas voltadas à geração de trabalho e renda, pautadas pela legislação cooperativa, não sendo sua mera filiação à OCB uma prova em contrário. Baixos níveis de participação e solidarismo podem afetar EES incluídos no campo da Economia Solidária, como já se viu em relação ao primeiro mapeamento nacional (GAIGER, 2007). Por outro lado, participem ou não do Sistema OCB, várias cooperativas não foram criadas pelos trabalhadores, mas como parte de estratégias empresariais de flexibilização e precarização do trabalho. Além disso, as cooperativas às vezes constituem apenas soluções de mercado pragmáticas, como em serviços de transporte ou de saúde. Nesses casos, elas devem ser descartadas ou apenas parcialmente consideradas como integrantes do Modelo 3.

Os EES desse modelo, em todo caso, são frequentemente considerados um caso ideal na Economia Solidária, pois atendem, em tese, às exigências de uma atividade econômica alternativa, conduzida pelos trabalhadores por meio da autogestão e da socialização parcial ou total dos meios de produção¹⁹. Porém, às vezes, as expectativas dos associados, decorrentes de suas atuais fontes de rendimento e de suas possibilidades de efetiva integração produtiva nos EES, somadas à fragilidade de muitos deles – pequenos, informais e de baixo rendimento – são fatores que explicam por que tais iniciativas nem sempre representam uma atividade econômica decisiva para seus membros. Em contrapartida, podem atuar como experiências de participação social que fomentam a formação de novos atores (Ferrarini; Veronese, 2010), não obstante as adversidades cotidianas enfrentadas em situações de pobreza aguda, tanto no meio rural quanto em periferias urbanas. Os EES desse modelo também desempenham papel significativo na promoção dos beneficiários de programas de redistribuição de renda, fato que representaria uma etapa essencial para a superação de sua dependência econômica (FERRARINI, 2008).

Os *casos de figura*, aqui, são as cooperativas de produção agropecuária e aquelas de prestação de serviços (ou cooperativas de trabalho), os empreendimentos de reciclagem e as fábricas recuperadas, além de uma panóplia de grupos informais e arranjos associativos de produção. Em situação limítrofe estão muitas unidades semifamiliares de produção e, uma vez mais, as cooperativas dos ramos do Sistema OCB anteriormente citados.

Modelo 4: EES de inclusão social e desenvolvimento humano

Sua principal finalidade é promover a inclusão social de pessoas em situação especial de risco ou vulnerabilidade, como portadores de deficiências físicas ou mentais, por meio de medidas de reabilitação psicossocial e profissional, via dinâmicas de ressocialização e atividades ocupacionais e formativas que promovam o desenvolvimento humano.

Os EES desse modelo focalizam suas atividades principalmente em modalidades ocupacionais e em atividades lúdicas e formativas, direcionadas a usuários e familiares das redes e dos serviços de saúde, além de outras populações em situações de vulnerabilidade. A atividade econômica, por vezes exercida pelos beneficiários, constitui uma atividade-meio, com vistas à ressocialização e integração social, embora possa ser fonte complementar de

¹⁸ Dados disponíveis em: <http://www.ocb.org.br/ramos>. Acesso em: 25 set. 2017 e 22 ago. 2020. Antes da reformulação dos ramos havida em 2019, contavam-se como afins ao Modelo 3, em 2018, 1.351 cooperativas de transporte, 925 de trabalho, 230 de produção e uma parcela das 786 cooperativas de saúde, formadas por profissionais (SISTEMA OCB, 2019).

¹⁹ Além disso, secundando as cooperativas de crédito (do Modelo 5), os EES desse modelo que propiciam a renda primordial aos associados apresentam o melhor padrão no quesito *Benefícios, garantias e direitos sociais* para seus trabalhadores, embora tais percentuais sejam praticamente inexistentes entre os EES informais.

renda e, potencialmente, de autonomia financeira. Por trás dessas iniciativas se encontram motivações sociais, filantrópicas e religiosas. No âmbito da Economia Solidária, em particular, há uma ênfase no reconhecimento do direito à saúde e ao trabalho, em uma perspectiva de justiça social e de fortalecimento da cidadania. Sua razão de ser, para a qual agenciam diversos meios, reside em sua missão social, ficando a atividade econômica com papel instrumental ou meramente complementar²⁰.

Os EES desse modelo se integraram à Economia Solidária no decorrer dos últimos 15 anos e constituem um de seus segmentos mais dinâmicos nos tempos atuais²¹. Pelo fato de darem prioridade a seus fins sociais, e não à atividade econômica em si, elas aparecem apenas indiretamente nos dados do MN, por meio de evidências que indicam a presença de EES com tais características²² sem, contudo, ficarem dimensionadas com precisão²³. Além das cooperativas sociais, cuja formalização no Brasil se inspirou no *modelo italiano*, contam-se inúmeras associações de cunho assistencial e instituições comunitárias filantrópicas, variadas iniciativas em comunidades tradicionais e, ainda, entidades aparentadas ao Terceiro Setor.

Desde os anos 1990, a emergência das cooperativas sociais guarda relação com a ampliação e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), além, especialmente, do processo de reforma psiquiátrica (Lei n.º 10.216/2001) e da legislação do cooperativismo social (Lei n.º 9.867/1999). Assim, há vínculos frequentes com políticas governamentais, órgãos públicos (como a Rede de Proteção Social e os Centros de Atenção Psicossocial) e instituições participativas, como os Conselhos. Por isso, ficam em boa medida na dependência de programas, recursos e organismos públicos (como o PRONACOOP Social).

Além de trabalhar com saúde mental, os EES desse modelo atuam em educação, cultura, formação profissional, arte e entretenimento. Como atividades coletivas realizadas nos EES, citam-se arte-terapia, atendimento à terceira idade, assistência a enfermos e capacitação profissional²⁴. “Proporcionar terapia ocupacional” figura dezenas de vezes como motivo de criação dos EES. A isso se somam motivações sociais, filantrópicas ou religiosas, ou compromissos em termos de organização ou qualificação das pessoas atendidas, de apoio a beneficiários de políticas sociais ou com vistas ao fortalecimento de grupos étnicos, entre outros. Já as atividades econômicas realizadas em suporte à missão social concentram-se na fabricação de artigos de consumo, como alimentos e bebidas, artesanato, produtos têxteis e comércio.

²⁰ Esse modelo apresenta semelhança com as WISE – *Work Integration Social Enterprises* (empresas sociais de inclusão pelo trabalho), típicas da realidade e da nomenclatura do Norte. Por outro lado, na prática dos EES há prováveis sobreposições com o Modelo 1. Deve-se dizer que a existência de EES com essas características esclarece em parte a enigmática persistência de organizações declaradas como sendo de geração de trabalho e renda, no MN, que não logravam oferecer rendimentos suficientes para os associados e ainda assim mantinham suas atividades, o que configurou um modelo próprio em tipologias anteriores (Cfr. GAIGER *et al.*, 2014).

²¹ Em 2012, registravam-se “660 iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais mapeadas pelos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego, que articulam sistematicamente saúde mental e economia solidária” (Ministério da Saúde, 2012, p. 28). Em contrapartida, em 2018, o Sistema OCB contava com apenas 10 cooperativas, no antigo ramo “Especial”, afins a esse Modelo 4 (SISTEMA OCB, 2019).

²² Por exemplo, portadores de deficiências físicas, mentais ou de transtornos psíquicos, além de detentos ou egressos do sistema prisional, constituem a categoria predominante dos membros em 419 EES.

²³ Esse tipo de atuação, contudo, foi inteiramente acolhida pela Economia Solidária, a ponto de ser um segmento cuja principal liderança se converteu no atual Presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL), uma das principais entidades de articulação e fomento da Economia Solidária.

²⁴ Processos terapêuticos de reabilitação psicossocial e ressocialização enquadram-se como atividades econômicas (principalmente em *Saúde e serviços sociais*), nesse caso prestadas pelos EES a seus beneficiários.

Nesse modelo, há uma presença maior de profissionais especializados, voluntários e agentes externos, o que acarreta uma distinção social e funcional entre gestores e beneficiários, com diferentes formas e níveis de participação. Vínculos com políticas governamentais, órgãos públicos e entidades privadas fazem parte de sua natureza. Por um lado, relações com o poder público e com organizações externas podem induzir à dependência política e econômica dos EES, em prejuízo de sua autonomia institucional. Por outro lado, é frequente sua presença em estruturas participativas, como redes e conselhos, assim como seu envolvimento em lutas sociais específicas relacionadas à saúde mental, a questões étnico-raciais, de gênero e relacionadas a crianças e idosos. Além disso, as cooperativas sociais – carro-chefe desse modelo – estão legalmente obrigadas à implementação de uma gestão democrática, via tomadas de decisão coletivas, e à distribuição igualitária dos benefícios para todos os cooperados.

A ênfase do cooperativismo social consiste em promover a cidadania com base no trabalho, garantindo a inclusão social de segmentos em vulnerabilidade social e econômica e, ademais, a autonomia econômica dos beneficiários das políticas sociais. Além das cooperativas sociais, são *casos de figura* desse modelo as instituições comunitárias de cunho social e filantrópico e as iniciativas socioculturais em comunidades tradicionais. Dentre os *casos limítrofes*, contam-se organizações do Terceiro Setor devotadas à filantropia e à benemerência.

Modelo 5: EES de serviços financeiros

Sua principal atividade consiste em fornecer bens e serviços financeiros (como crédito, poupança e benefícios de programas governamentais) para seus membros associados, outros participantes e cidadãos residentes em sua área de atuação.

Os EES classificados nesse modelo preenchem uma pequena fração das organizações solidárias registradas no MN, equivalente a 1,8% (328) do total. Eles entraram em atividade ao longo das duas últimas décadas e atuam majoritariamente em áreas rurais, atendendo em geral agricultores familiares. Dentre os motivos mais citados de sua criação, estão o desenvolvimento de atividades em que todos sejam donos, o zelo pelo desenvolvimento comunitário e razões filantrópicas ou religiosas. Embora prevaleçam proporcionalmente cooperativas nesse modelo, existem também modalidades como bancos comunitários e fundos rotativos solidários. A originalidade da Economia Solidária consiste em promover organizações financeiras de variados tipos, estimulando a iniciativa popular e mantendo os EES próximos às necessidades locais. Além disso, tais organizações funcionam como dispositivos de interação e aglutinação de interesses, o que afeta positivamente outras iniciativas fundadas em laços comunitários ou na solidariedade de classe.

Por força da legislação e dos mecanismos de controle das instituições financeiras no Brasil, as cooperativas de crédito apresentam considerável homogeneidade institucional e funcional. Seu porte e suas finalidades específicas contribuem também para que os associados se comportem como clientes e busquem a satisfação de seus interesses pessoais. Essa situação produz um efeito de isonomia em relação às instituições privadas de mercado, estimulando estratégias competitivas e deixando latente, ou em segundo plano, o espírito democrático e participativo que os EES deveriam ostentar. Em compensação, no quesito *Benefícios, garantias e direitos sociais* (para os associados que trabalham), as cooperativas de crédito apresentam indicadores claramente superiores aos demais EES registrados no MN, configurando assim uma espécie de *ilha social*. Esse fenômeno está concentrado nas cooperativas de crédito, que correspondem a 39% dos EES desse modelo.

O predomínio de instituições de crédito no formato cooperativo é notório quando se consideram setores afins ou interligados à Economia Solidária, cuja atuação se relaciona também ao Modelo 2, no tocante ao crédito produtivo. Dados gerais do país indicam que as 100 maiores instituições desse ramo administram os ativos de 925 cooperativas singulares, com 10,5 milhões de associados²⁵. Uma das iniciativas de longa data, perfilada com a Economia Solidária, é a Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB), criada em 1999 na Bahia, com atuação em crédito, formação, gestão e assessoria. Abrange atualmente 16 territórios rurais dos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, com sete cooperativas filiadas, nove conveniadas e cerca de 50 mil cooperados²⁶. Já o Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL Baser), presente em 10 Estados, especialmente no Sul do país, é uma referência em crédito rural por meio de ações e políticas de fortalecimento da agricultura familiar, contando com 203 mil cooperados e 246 agências de relacionamento, em 2019 (CRESOL, 2019).

Com origens igualmente sulinas, o Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) é um dos sistemas nacionais mais importantes, nascido no início do século XX com base na tradição cooperativista de imigrantes alemães. Reúne 110 cooperativas de crédito singulares, que operam uma rede de atendimento com mais de 1.900 agências, em 22 estados, envolvendo 4,6 milhões de associados²⁷. Constituiu o Banco Cooperativo Sicredi S.A, primeiro banco cooperativo privado do Brasil (1995), que agrega e atua como instrumento das cooperativas de crédito para acessar o mercado financeiro e programas especiais de financiamento, administrar em escala os recursos do Sistema, desenvolver produtos corporativos, bem como políticas de comunicação e *marketing*. Várias cooperativas singulares dessa rede foram registradas pelo MN. O mesmo ocorreu com algumas cooperativas de crédito do Sistema OCB, que agregava 909 cooperativas em 2018 (Sistema OCB, 2019).

Essas últimas, pelas razões já evocadas, constituem *casos limítrofes* do modelo. Já as cooperativas de crédito antes citadas, com vínculos de origem em movimentos sociais de classe ou no campo da Economia Solidária, exemplificam *casos de figura*. Ao lado delas, seria necessário considerar os bancos comunitários e/ou populares, em número superior a 100 em 2019²⁸, e os dispositivos de moeda social, que apresentam cifras estimadas equivalentes²⁹.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível afirmar quantos EES existem hoje no Brasil, menos ainda quantos estão em atividade e se mantêm fiéis aos requisitos esperados desse tipo de organização. Contudo, à luz dos dados do SIES e de inferências para territórios vizinhos, pode-se estimar que os números e as fronteiras da Economia Solidária vão além do registrado pelos mapeamentos nacionais. Em certos casos, foi no contexto da Economia Solidária que se multiplicaram experiências, a exemplo das cooperativas sociais do Modelo 4. Ademais, embora nos últimos anos tenham cessado várias políticas públicas, não faltam sinais de resistência, mobilização e reestruturação de redes e setores. Um fato que merece atenção a esse respeito, não obstante a desmobilização dos sistemas de registro do poder público federal, são os números do Cadastro

²⁵ Dados do Portal do Cooperativismo Financeiro, disponíveis em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/>. Acesso em: 26 set. 2017 e 25 ago. 2020.

²⁶ Dados disponíveis em: <http://www.sistemaascoob.com.br/quem-somos>. Acesso em: 21 ago. 2020.

²⁷ Dados disponíveis em: <https://www.sicredi.com.br/site/quem-somos/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

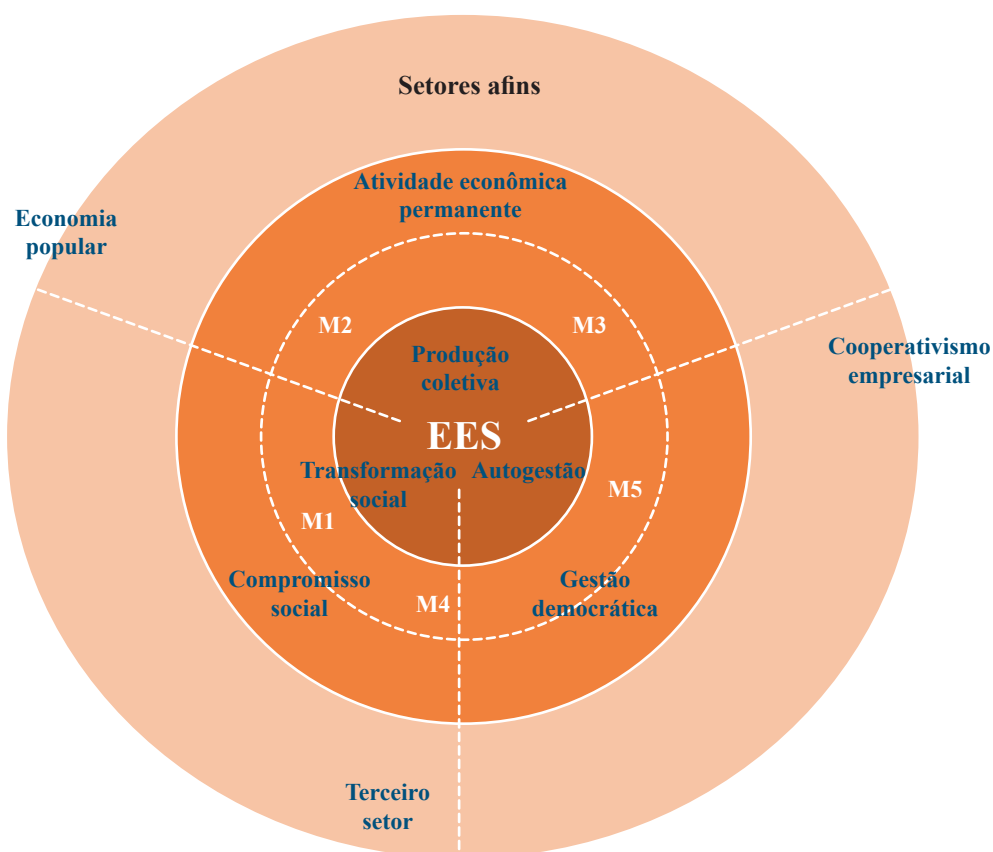
²⁸ Dados disponíveis em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/banco-comunitario/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

²⁹ Dados disponíveis em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/08/moedas-sociais-saiba-como-funciona-economia-alternativa-no-brasil.html>. Acesso em: 25 ago. 2020.

Nacional de Empreendimentos Solidários (CADSOL), criado pela SENAES em substituição aos mapeamentos e ainda não totalmente desativado. Desde o final do MN, no início de 2013, o CADSOL registrou 3.565 EES com ano de início posterior a 2012³⁰.

Por conseguinte, a promoção dessas iniciativas segue surtindo efeito, o que justifica a continuidade dos estudos. O que se propõe aqui, em particular, é não isolar a Economia Solidária dos campos em que ela mesma encontrou raízes ou veio a se alimentar, ainda que demarcando seus princípios e seu território próprio. Sob esse ângulo, a tipologia dos modelos de EES nos coloca diante de um esquema complexo, sintetizado na Figura 3. No círculo intermediário, estão representados os três pilares de base dos EES, que lhes dão unidade; no círculo central, as práticas consideradas marcas de excelência, a serem promovidas pela Economia Solidária; no círculo externo, os setores afins, em relação aos quais há linhas de trânsito de mão dupla, cuja consideração é indispensável para que os EES não sejam vistos como algo à parte, ou encerrados em visões e narrativas próprias de seus campos específicos. Já os modelos (M1 a M5) gravitam em torno das três dimensões que caracterizam os EES e se deslocam pelas vias de passagem às zonas periféricas, momento em que se expõem a ambiguidades em relação ao conceito de EES de referência.

FIGURA 3 – SETORES AFINS AOS EES



Fonte: Elaborada pelo autor.

³⁰ Dados disponíveis em: <http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/main.seam>. Acesso em: 27 ago. 2020.

Talvez a linha que vai dos EES ao cooperativismo empresarial seja a que cause maior relutância. De fato, não é difícil enumerar as principais críticas endereçadas ao cooperativismo no Brasil, por sua história institucional e por algumas de suas práticas: a) foco na rentabilidade econômica, por vezes dirigida a setores médios ou empresariais, em detrimento ou na ausência de uma missão social; b) emprego habitual de mão de obra assalariada, por vezes em proporções elevadas; c) reduzida participação dos associados na vida política e nas instâncias de direção e gestão das cooperativas; d) anuência tácita a cooperativas fraudulentas, de fachada; e) oposição às propostas de reforma da lei cooperativa e a novas leis, especialmente quanto à quebra da unicidade de representação das cooperativas e à criação de novas formas legais que amparem organizações econômicas baseadas no ato associativo.

Entretanto, inexistem evidências de que o Sistema OCB seja contrário a cooperativas genuínas, solidárias e democráticas. Filiar-se ao Sistema e com isso figurar em suas estatísticas foi por longo tempo um ato compulsório, também decorrente de um pragmatismo justificável por boas razões, dado o suporte técnico e financeiro de que se passa a usufruir, além da maior interação no meio cooperativo. Ademais, como já mencionado, é inconteste que cooperativas do Sistema OCB também foram registradas nos mapeamentos após passarem por um crivo inicial, o que indica que sua natureza não é uma variável dependente das organizações a que se filiam. Por fim, um argumento digno de atenção é que as cooperativas registradas no SIES têm bom desempenho em aspectos de empreendedorismo e solidarismo (GAIGER, 2007). Por conseguinte, entre EES e cooperativas convém buscar pontos de ligação e continuidade, considerando suas interfaces (STAHL; SCHNEIDER, 2013), mais do que permanecer em uma posição defensiva (teórica e política, nesse caso), de contraposição.

A solidariedade popular vem de longa data e, por vezes, trilha caminhos insondáveis. Nem sempre se revela em organizações econômicas solidárias como tais, mas, geralmente, tem sido um vetor de solidariedade na economia, à medida que não responde ao princípio mercantil de intercâmbio, mas a outros, com a reciprocidade (GUERRA, 2012). Daí deriva sua inclinação à ajuda mútua, à cooperação e ao associativismo, forjando experiências e hábitos que lastreiam sua preferência por organizações socioeconômicas condizentes. Em um momento de incessante perplexidade, em que faltam bússolas, a experiência assume um grande valor, pois resguarda os atores sociais de esquemas de pensamento extemporâneos, irrealistas e infecundos. Os EES condensam uma longa experiência, retomam e dão alento à solidariedade popular, favorecendo sua vigência e efetividade diante dos novos despotismos do capital e de uma transição mundial complexa, na qual se torna vital continuar insistindo em humanizar a civilização.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adilson. Sustentabilidade das cooperativas da agricultura familiar e Economia Solidária no Brasil: o caso da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). *In: IX Congreso Sociedades Rurales Latinoamericanas*, 9., 2014. Cidade do México: ALASRU, 2014.

ARCOVERDE, Ana; SOUZA, Isabel; FRAGOSO, Natacha. A Economia Solidária como alternativa ao desemprego e à exclusão social. **Revista da Abet**, João Pessoa, v. V-VI, n. 2, p. 72-91, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental em dados 11**. Brasília, 2012. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs/saudemental. Acesso em: 21 dez. 2020.

CONAES – CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. 3., 2014. **Texto de Referência - Contextualização e Balanço Nacional**. Brasília: SENAES, 2014.

CRESOL. **Relatório de sustentabilidade**. Francisco Beltrão, 2019.

FERRARINI, Adriane. **Pobreza**: possibilidades de construção de políticas emancipatórias. São Leopoldo: Oikos, 2008.

FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. Piracema: uma metáfora para o microempreendedorismo associativo no Brasil. **Otra Economía – Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, São Leopoldo, v. IV, n. 7, p. 131-152, 2010.

FRANÇAFILHO, Genauto. A via sustentável-solidária do desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 219-232, 2008.

GAIGER, Luiz. A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, 2013.

GAIGER, Luiz. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? *In*: GAIGER, Luiz (Org.). **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo, Unisinos, 1996, p. 101-126.

GAIGER, Luiz. From informality to popular economy: distinguishing realities and connecting approaches. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 55, n. 1, p. 97-110, 2019.

GAIGER, Luiz (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz. A outra racionalidade da Economia Solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 79, p. 57-77, 2007.

GAIGER, Luiz. A Economia Solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, 2013.

GAIGER, Luiz; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018.

GAIGER, Luiz; NYSSSENS, Marthe; WANDERLEY, Fernanda (Eds.). **Social Enterprise in Latin America**: theory, models and practice. New York: Routledge, 2019.

GAIGER, Luiz *et al.* Brazilian social enterprises: historical roots and converging trends. *In*: GAIGER, Luiz; NYSSSENS, Marthe; WANDERLEY, Fernanda (Eds.). **Social Enterprise in Latin America**: theory, models and practice. New York: Routledge, 2019. p. 87-113.

GAIGER, Luiz *et al.* **A Economia Solidária no Brasil**: uma análise de dados nacionais. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GORDON, Mike. A typology of social enterprise “traditions”. **ICSEM Working Papers**, n. 18. Liège, 2015.

GUERRA, Pablo. La solidaridad en la economía. Relaciones económicas más allá de los intercambios mercantiles. **Otra Economía – Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidaria**, São Leopoldo, v. 6, n. 10, p. 98-104, 2012.

HENRIQUES, Flávio *et al.* As empresas recuperadas por trabalhadores no Brasil: resultados de um levantamento nacional. **Mercado de Trabalho**, Brasília, n. 55, p. 55-67, 2013.

HENRIQUES, Flávio. Segundo levantamento das Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil. *In*: ENCUENTRO INTERNACIONAL LA ECONOMÍA DE LOS TRABAJADORES, 6., 2017. Pigué: Cooperativa Textil Pigué, 2017.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Diagnóstico sobre os catadores de resíduos sólidos**. Brasília, 2011.

LACERDA, Luiz; MUÑOZ, Luis. Indicadores de bem-estar humano para povos tradicionais. O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia brasileira. **Cadernos IHU Ideias**, v. 15, n. 256, São Leopoldo, 2017.

LIANZA, Sidney *et al.* **Projeto Brasil Local de Etnodesenvolvimento e Economia Solidária**. Relatório final da pesquisa quantitativa. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MUÑOZ, Luis. Indicadores de bienestar para pueblos tradicionales – IBPT: válidos para evaluar impactos del cambio climático en Amazonia. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 240, p. 158-184, 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SISTEMA OCB. **Anuário do cooperativismo brasileiro 2019**. Brasília, 2019.

STAHL, Reni; SCHNEIDER, José. As interfaces entre cooperativismo e Economia Solidária. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 49, n. 2, p. 197-206, 2013.

VERONESE, Marília; GAIGER; FERRARINI, Adriane. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da Economia Solidária. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, p. 89-104, 2017.

Recebido em: 28/06/2020

Aceito para publicação em: 08/01/2021